



**Simulado Especial para**  
**Área Fiscal**  
**Auditor Fiscal - Pré-Edital**

# Simulado

Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal da Área Fiscal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:00h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/DfALVUnVR77yR26D8>

|            |            |            |            |             |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE  |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE  |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE  |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE  |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE  |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE  |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE  |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE  |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE  |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE  |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE  |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE  |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE  |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE  |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE  |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE  |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE  |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE  |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE  |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

**Municipal:** <http://estrategi.ac/ifk3cl>

**Estadual:** <http://estrategi.ac/wjhwvx>

**Federal:** <http://estrategi.ac/i879tg>

**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 E 2**

Um dos maiores centros financeiros do mundo, São Paulo recebeu a classificação de cidade global alfa da Globalization and World Cities Study Group & Network (GaWC). É a cidade brasileira mais influente no cenário global. Se fosse um país, a capital de SP seria a 36ª economia do mundo, acima de nações como Portugal e Finlândia, segundo estudo da FecomercioSP (2013). Sozinha, concentra 33% da produção de bens e serviços do estado e é sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil.

Tamanho influência na economia do país também se revela nos momentos de crise, como a que afetou o Brasil entre 2014 e 2016 e que ainda causa consequências no mercado de trabalho. Desde o 3º trimestre de 2016, São Paulo apresenta taxa de desemprego maior que a média brasileira.

Conhecida como a cidade que não para e nunca dorme, a alta velocidade existe pela falta de tempo. O trabalho é o principal combustível da pressa: São Paulo é a capital com maior média de horas semanais trabalhadas do Brasil.

A capital paulista também possui um caráter cosmopolita, desenvolvido a partir de um passado composto pela união de mais de 70 nacionalidades. Este polo cultural único no país é possível pela convivência das múltiplas identidades que formam a cidade: Liberdade (bairro oriental), Higienópolis (bairro judeu), Mooca e Bexiga (bairros portugueses, italianos, árabes).

Adaptado de < <https://gente.globo.com/sotaque-paulistano-pesquisa-revela-as-multiplas-facetadas-da-cidade-de-sao-paulo/> >

**01.** É correto afirmar que, do ponto de vista do autor, São Paulo:

- a) se difere completamente do restante do país.
- b) pode ser representada por uma única característica: a que tem os melhores trabalhadores.
- c) é fechada a novas experiências, hábitos e culturas.
- d) exerce influência financeira no restante do país, além de ser global e cosmopolita.
- e) não poderia ter sido considerada uma capital global.

**02.** “Um dos maiores centros financeiros do mundo, São Paulo recebeu a classificação de cidade global alfa”

A reescritura dessa passagem que NÃO gera erro gramatical é:

- a) São Paulo, um dos maiores centros financeiros do mundo, foi contemplada com a classificação de cidade global alfa.
- b) Um dos maiores centros financeiros do mundo foram classificados como cidade global alfa.
- c) A classificação de cidade global alfa não de ser para um dos maiores centros financeiros do mundo: São Paulo.
- d) São Paulo foi considerado um dos maiores centros financeiros do mundo e receberam o título de cidade global alfa.
- e) Cidade global alfa: título recebido por um dos maiores centros financeiros do mundo e que fazem parte do Brasil, São Paulo.

**03.** “O mundo se mobilizou para derrotar a covid, mas o mesmo não ocorre com as doenças tropicais”.

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e consequentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- a) João não comparecerá à reunião; o mesmo avisou que está doente.
- b) Fique atento ao usar o elevador; o mesmo sempre dá problema.
- c) Muitos se mobilizaram para ajudar aos desabrigados na tragédia da Região Serrana do Rio; o mesmo ocorreu agora com a situação do Rio Grande do Sul.
- d) O gerente exige que todos cheguem cedo, porém o mesmo nunca chega no horário.
- e) Encomendei um pacote de folhas, mas o mesmo ainda não foi entregue.

**04.** "Aperte o botão para liberar o dispositivo. Em seguida, gire a alavanca até atingir o ponto máximo". Esse texto representa, respectivamente, o seguinte modo de organização discursiva e a finalidade do tipo textual:

- a) narrativo / informar
- b) injuntivo / instruir
- c) dissertativo / argumentar
- d) descritivo / explicar
- e) injuntivo / convencer

**05.** A conjunção "e" apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exibe, adicionalmente, valor conclusivo é:

- a) A vida é feita de escolhas e as escolhas têm consequências.
- b) A felicidade pode ser percebida nos momentos simples e compartilhada com quem está próximo.
- c) Tenho vontade de trabalhar e comprar uma casa.
- d) Eles reclamam do excesso e denunciam a escassez.
- e) Já não havia mais para onde fugir e as pessoas ficaram sem alternativa.

**06.** Todas as frases abaixo foram passadas para a voz passiva; a frase em que essa passagem foi feita de forma adequada (com respeito à estrutura original) é:

- a) Os diretores de grandes clubes cancelaram participações nos campeonatos / Participações nos campeonatos foram cancelados por diretores de grandes clubes.
- b) Para inaugurar o novo espaço, os empresários garantiram a presença de diversos artistas / A presença de diversos artistas foi garantida pelos empresários para a inauguração do novo espaço.
- c) Os acordos de paz restabeleceram a harmonia entre líderes mundiais / A harmonia entre líderes mundiais foi restabelecida pelos acordos de paz.
- d) Os candidatos, nervosos, aguardavam o início da prova / O início de prova era aguardado pelos candidatos nervosos.

e) O juiz estabeleceu as diretrizes para a formulação do acordo / As diretrizes para a formulação do acordo foi estabelecido pelo juiz.

**07.** Dentre os usos abaixo, o único em que os dois-pontos NÃO introduzem uma explicação, e sim uma explicação, é:

- a) Aquele equipamento é mais econômico: ele reutiliza a água para os demais processos.
- b) Tenho uma confissão a fazer: todos os produtos já foram vendidos.
- c) Tenho dois sonhos: viver da minha arte e ser reconhecido.
- d) Comprei o que mais precisava: um protetor auricular.
- e) O bom exemplo já foi dado: acordar sempre com disposição para viver o dia.

**08.** Todas as frases abaixo apresentam um recurso estilístico denominado elipse, à exceção de:

- a) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância.
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

09. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresente essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Fez-se uma grande homenagem ao patrono da cidade.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

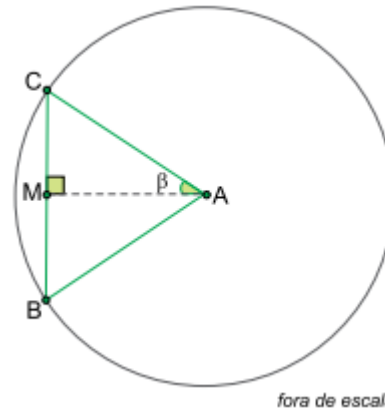
10. A frase abaixo em que se observa paralelismo sintático é:

- a) A amizade é o tempero da vida; a vida fica mais leve.
- b) O Congresso impediu novas manifestações.
- c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- d) O dirigente aconselhou ter cuidado e que se esperasse a autorização
- e) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

*Carlos Henrique*

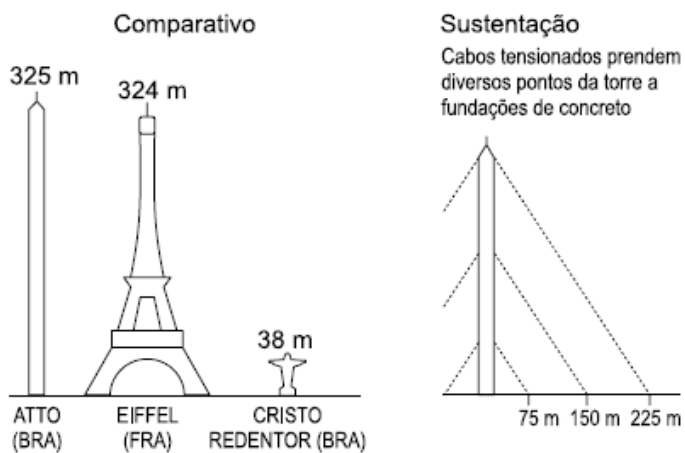
11. Sobre uma circunferência de centro A e raio 10 cm estão os vértices B e C de um triângulo ABC. O ponto M é médio do lado BC e  $\beta = \widehat{M\hat{A}C}$ , conforme mostra a figura.



Sabendo que  $\sin \beta + \cos \beta = 1,2$ , a área do triângulo ABC é

- a)  $16 \text{ cm}^2$ .
- b)  $18 \text{ cm}^2$ .
- c)  $20 \text{ cm}^2$ .
- d)  $22 \text{ cm}^2$ .
- e)  $24 \text{ cm}^2$ .

12. Inaugurado em agosto de 2015, o Observatório da Torre Alta da Amazônia (Atto, em inglês) é um projeto binacional Brasil-Alemanha que busca entender o papel da Amazônia no clima do planeta e os efeitos das mudanças climáticas no funcionamento da floresta. Construída numa região de mata preservada, dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uamatã, a torre Atto tem 325 m de altura e é a maior estrutura de pesquisa desse tipo em florestas tropicais no mundo.



(O Estado de S.Paulo, 16.10.2017. Adaptado)

Considere a torre posicionada perpendicularmente ao solo e admita que o cabo tensionado fixado no solo a uma distância de 75 m da base da torre esteja preso à torre em um determinado ponto, cuja altura, em relação ao solo, seja igual a 100 m.

Nesse caso, o comprimento desse cabo é igual a:

- a) 120 m
- b) 125 m
- c) 130 m
- d) 140 m
- e) 150 m

13. Um crime foi cometido por um atirador. Investigações a respeito desse crime concluíram que ele foi consumado com arma de fogo e que o atirador (que estava em um ponto A) atingiu diretamente duas pessoas que estavam nos pontos B e C. A perícia mediu as distâncias:  $AC = 60$  m,  $AB = 40$  m e  $BC = 53$  m. A medida do ângulo formado pelas duas direções nas quais o atirador disparou os tiros é mais próxima de

- a)  $30^\circ$
- b)  $45^\circ$
- c)  $60^\circ$
- d)  $75^\circ$
- e)  $90^\circ$

14. Foi pedido a três meninas que anotassem em um papel um número inteiro maior do que zero. Mônica anotou um número menor do que 8, Lara anotou um número menor do que 7 e Sônia anotou um número menor do que 9. O número de possibilidades para o resultado da soma dos números anotados por essas três meninas é

- a) 19.
- b) 18.
- c) 72.
- d) 124.
- e) 360.

- 15.** Uma papelaria adquiriu um determinado número de folhas de papel A4, embaladas em pacotes de mesma quantidade para facilitar a sua distribuição entre os diversos setores. O material deverá ser entregue pelo vendedor acondicionado em caixas, sem que haja sobras. Se o vendedor colocar 25 pacotes por caixa, usará 16 caixas a mais do que se colocar 30 pacotes por caixa. Calcule o número total de pacotes adquiridos:
- a) 2 200.
  - b) 2 000.
  - c) 1 800.
  - d) 2 400.
  - e) 2 500.
- 16.** A coordenadora Dani do Estratégia Concursos recebe a incumbência de enviar pelos Correios x camisas para alunos do Estratégia. Ela percebe que  $x$  é maior que 150 e menor que 200. Separando as camisas em grupo de 7 camisas, ela percebeu que sobravam 3 camisas e separando em grupos de 12 camisas, também sobravam 3 camisas. Portanto, a soma dos algarismos de  $x$  é igual a:
- a) 6
  - b) 7
  - c) 8
  - d) 9
  - e) 10
- 17.** A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a
- a) R\$ 5.800,00
  - b) R\$ 6.000,00
  - c) R\$ 6.400,00
  - d) R\$ 6.500,00
  - e) R\$ 6.800,00
- 18.** Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de  $P$  reais daqui a um ano e outro de  $2P$  reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que  $P$  é igual a
- a) R\$ 27.000,00
  - b) R\$ 29.160,00
  - c) R\$ 30.326,40
  - d) R\$ 31.492,80
  - e) R\$ 32.659,20
- 19.** Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês. Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.
- Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:
- a) R\$ 32.640,00
  - b) R\$ 32.520,00
  - c) R\$ 32.820,00
  - d) R\$ 33.600,00
  - e) R\$ 33.940,00

**20.** Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado:  $1,07^5 = 1,4$      $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

*Emannuelle Gouveia*

**21.** Sobre Data Cleaning

- a) Não deve ser utilizada em grandes negócios, pois pode ser considerada como uma etapa desnecessária para a tomada de decisão
- b) É uma técnica muito usada pelos banco de dados no processamento de dados estruturados
- c) Deve ser adotada para todas as soluções de pequenos volumes de dados
- d) Consiste em um processo de eliminação de dados inválidos, “sujos” ou pouco informativos.
- e) Exige a montagem e criação de uma outra base de dados para o seu armazenamento.

**22.** No Python, a função utilizada para retornar o tamanho de uma string é:

- a) len()
- b) split()
- c) strip()
- d) find()
- e) index()

**23.** Sistemas de Recomendação tornaram-se extremamente úteis no mercado corporativo devido ao seu comprovado incremento na efetivação de vendas e a facilitação que gera na navegação do usuário. As duas arquiteturas básicas no uso de Sistemas de Recomendação são :

- a) Baseado em Conteúdo; Filtragem Colaborativa.
- b) Baseado em Filtragem; Filtragem Corporativa.
- c) Baseado em Conteúdo; Filtragem Intuitiva.
- d) Indução de Conteúdo; Escolha autônoma.
- e) Filtragem Colaborativa; Indução Funcional.

**24.** Com o desenvolvimento tecnológico a comunicação homem- máquina tem se tornado extremamente importante e várias técnicas têm sido desenvolvidas para aprimorá-la. Das letras abaixo, marque a área de conhecimento que realiza esse estudo específico :

- a) Big Data
- b) ETL
- c) Data Warehouse
- d) PNL
- e) Programação de alto nível



**25.** No processo de ingestão de dados quando a carga é feita apenas dos registros novos ou daqueles que foram alterados, mas que ainda não foram importados chamamos de:

- a) Carga Total
- b) Carga Geral
- c) Carga Full
- d) Carga Parcial
- e) Carga Incremental

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Nelma Fontana*

**26.** Analise os seguintes itens:

I- Para que haja a recepção de uma determinada lei por nova Constituição, ela deverá, tão somente: ser vigente; ser material e formalmente compatível com o novo texto constitucional.

II- No Brasil, caso não haja cláusula especial para determinar a data de sua vigência, a Constituição produzirá efeitos imediatos.

III- A repristinação se dá quando uma norma é revogada tem sua vigência restabelecida.

Está correto aquilo que se afirma nos itens:

- a) Nenhum dos itens.
- b) Todos os itens.
- c) I e II.
- d) II apenas.
- e) II e III.

**27.** Com base na Jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal acerca da prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento, assinale a alternativa correta:

- a) A prerrogativa fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas não compromete a necessária

paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

- b) A prerrogativa não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- c) A prerrogativa não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- d) A prerrogativa fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, e compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- e) A prerrogativa não fere os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas fere o princípio da isonomia, razão pela qual compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

**28.** A Câmara Municipal do Município Iota aprovou lei, de iniciativa do prefeito, que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, contudo, tal lei foi contestada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo entendimento do STF acerca do tema, a referida lei é:

- a) Constitucional.
- b) Inconstitucional, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, por violar competência exclusiva da União.
- d) Inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- e) Inconstitucional, por violar competência dos Municípios.

**29.** A Constituição do Estado X foi emendada para constar dispositivo com a seguinte redação: Art. 102; Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos., §1º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade penal aos Deputados Estaduais.
- b) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil ou penal aos Deputados Estaduais.
- c) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil aos Deputados Estaduais.
- d) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional se estendem aos deputados estaduais.
- e) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais são constitucionalmente previstas para deputados estaduais.

**30.** Analise os seguintes itens:

- I- O Ministro da Justiça, obrigatoriamente, será brasileiro nato.
- II- Poderão ser naturalizados brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- III- São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**31.** Suponha que em janeiro de 2024 o Exército tenha realizado uma operação no complexo de favelas da cidade X e que, em virtude de uma troca de tiros entre os militares e os traficantes, João, morador da comunidade que não tinha nenhuma relação com o tráfico, foi atingido dentro de sua casa por uma bala perdida, vindo a falecer. Os pais de João ajuizaram ação de indenização contra a União, que foi julgada improcedente por entender que não houve nexo de causalidade entre a operação militar e a morte, já que a perícia foi inconclusiva quanto à origem do disparo. Com isso, não era possível afirmar que a bala que atingiu a vítima havia partido das armas utilizadas pelos militares. A sentença foi mantida em grau de recurso, e a causa chegou ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Nesse contexto, assinale a opção que descreve corretamente qual foi o posicionamento do STF nesse caso.

- a) Em operações de segurança pública, será subjetiva a responsabilidade civil do Estado quando não for possível afastá-la pelo conjunto probatório, sendo vedado arguir causas excludentes de responsabilidade.
- b) O Estado fixa isento de responsabilidade, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública.
- c) É ônus probatório dos representantes legais da vítima demonstrar a inexistência de eventuais excludentes de responsabilidade civil estatal.
- d) O Estado não possui dever específico de adotar as cautelas necessárias para preservar a vida e a integridade física dos moradores da região impactada, prevalecendo a necessidade de combater o crime organizado.
- e) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

**32.** Ana foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública X, após ser aprovada em concurso público. Após cinco anos de serviços prestados, Ana foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Ana, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Ana e assinale a correta:

- a) a demissão de Ana é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- b) a demissão de Ana é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Ana é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável.
- d) a demissão de Ana é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- e) a demissão de Ana é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Ana.

**33.** Em 2009, o Estado X publicou Lei Estadual disciplinando o Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado do X, na modalidade Transporte Rodoviário. De acordo com o art. 3º dessa Lei: “Art. 3º: Compete ao Estado X, Poder Delegante, explorar diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização os Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros, no âmbito de sua jurisdição, sempre através de licitação, nos termos desta Lei, da Lei nº 8.987 de 1995 e Lei nº 14.133/2021, e observando o que dispõem, ainda, as Leis nº 8.078 de 1990, Lei nº 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 10.233 de 2001, e Lei nº 10.406 de 2002 (Código Civil) e demais normas legais e regulamentares pertinentes”. Nesse período, foram realizadas licitações e celebrados contratos com empresas que passaram a explorar esse serviço. Alguns anos depois, em 2022, foi editada outra Lei Estadual, alterando essa redação, estendendo a validade das permissões decorrentes de concorrência pública anterior por mais dez anos. A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra essa previsão. O Supremo Tribunal Federal julgou o pedido, e decidiu que

- a) a prorrogação automática das permissões por mais 10 anos é constitucional, pois visa a garantir a continuidade do serviço público.
- b) a prorrogação automática das permissões por mais 10 anos é inconstitucional, pois viola o princípio da isonomia e a exigência de licitação.
- c) a prorrogação automática das permissões é válida, desde que as empresas mantenham matrícula ativa na Secretaria de Estado da Fazenda.
- d) a lei estadual pode prever a prorrogação das permissões sem nova licitação, em caráter excepcional, para garantir a continuidade do serviço público.
- e) a prorrogação automática das permissões é válida, pois está amparada por lei estadual e atende ao interesse público.

**34.** Segundo prevê a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações feitas pela Lei nº 14.230/2021), os acordos de não persecução civil podem ser propostos pelo Ministério Público, conforme as circunstâncias do caso concreto, observadas algumas condições. Acerca desse tema, assinale a opção correta:

- a) não pode haver previsão de que haverá reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida quando oriunda de agentes privados.
- b) antes da propositura da ação, é obrigatória a oitiva do ente federativo lesado acerca da aceitação dos termos do acordo.
- c) é dispensada a homologação judicial do acordo, caso haja participação do Ministério Público na celebração.
- d) o dano deve ser ressarcido parcialmente, para que seja autorizada a celebração do acordo.
- e) é permitida a celebração do acordo no momento da execução da sentença condenatória.

35. O diálogo competitivo é modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final após o encerramento dos diálogos. Acerca do procedimento do diálogo competitivo, assinale a opção correta:

- a) os agentes públicos que sejam membros da comissão de licitação do diálogo competitivo serão preferencialmente concursados.
- b) a Administração não poderá revelar a outros licitantes participantes dos diálogos as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- c) no diálogo competitivo, a substituição do agente de contratação pela comissão de contratação é facultativa.
- d) a utilização da modalidade diálogo competitivo independe de objetivos, condições ou necessidades concretas, desde que os critérios para a pré-seleção dos licitantes sejam divulgados com antecedência mínima de 25 dias úteis.
- e) o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos dois servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração.

## **DIREITO PENAL**

*Renan Araujo*

36. Gustavo e Carlos sequestraram Esther, no dia 15.01.2024, com o fim de exigir vultuosa quantia como condição para a libertação da vítima. Em 12.03.2024, quando Esther ainda estava em cativeiro, privada de sua liberdade, sobreveio nova lei penal alterando a pena cominada ao crime de extorsão mediante sequestro. Semanas depois, Esther foi libertada, sem que os infratores tivessem conseguido obter a vantagem econômica pretendida.

Nesse caso, considerando que se trata de crime permanente, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, desde que a alteração seja benéfica aos agentes, pela teoria da atividade.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ação.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, pelo princípio da irretroatividade da lei penal.
- d) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ubiquidade.
- e) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, pela teoria da atividade.

**37.** Júlio, com dolo de matar, ministrou veneno a seu colega de trabalho, Sérgio. Sérgio ingeriu o veneno sem saber e, ao final do expediente, ainda sem que o veneno tivesse provocado qualquer efeito, pegou seus pertences e foi para casa. No caminho, andando a pé, Sérgio foi alvejado por um raio, vindo a falecer em razão da descarga elétrica.

Nesse caso, é correto afirmar que o resultado morte:

- a) Não deverá ser imputado a Júlio, eis que o resultado derivou de concausa superveniente absolutamente independente
- b) Não deverá ser imputado a Júlio, eis que o resultado derivou de concausa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado
- c) Não deverá ser imputado a Júlio, por se tratar de crime impossível pela absoluta ineficácia do meio
- d) Não deverá ser imputado a Júlio, por se tratar de crime impossível pela absoluta impropriedade do objeto
- e) Deverá ser imputado a Júlio, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais

**38.** Barbosa expôs à venda, em seu mercadinho, diversas bebidas e cigarros que possuíam selo de controle tributário falsificado. Embora não tenha sido o autor da falsificação, Barbosa adquiriu as mercadorias e as expôs à venda sabendo que nelas havia sido colocado selo de controle tributário falsificado.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Barbosa configura:

- a) crime contra a fé pública
- b) crime contra a ordem tributária
- c) descaminho
- d) contrabando
- e) fato penalmente atípico, sendo mero ilícito tributário

**39.** Frederico, auditor-fiscal do estado, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de sua função pública. Uma semana depois, arrependido, Frederico procura seu superior, narra o ocorrido e devolve integralmente os valores, antes mesmo que tivesse havido instauração de inquérito policial para apurar os fatos.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços, em razão do arrependimento eficaz.
- b) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços, em razão da desistência voluntária.
- c) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas a reparação do dano gerou a extinção da punibilidade.
- d) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços, em razão do arrependimento posterior.
- e) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, consumado, sem redução de pena.

40. Murilo, brasileiro, decidiu ir passar férias com a família nos Estados Unidos da América, mais precisamente na cidade de Orlando. De lá, trouxe diversos produtos, como aparelhos eletrônicos, relógios e roupas. Embora a importação de tais produtos fosse permitida, Murilo deveria pagar os impostos de importação, eis que o valor total dos produtos é superior à cota de isenção estabelecida para viajantes internacionais. Para não pagar os impostos devidos pela importação, Murilo escondeu os produtos em fundos falsos nas malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto. O valor total dos produtos alcança a cifra de R\$ 30.000,00, já o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, alcança a cifra de R\$ 15.000,00.

Nesse caso, é correto afirmar que Murilo praticou o crime de:

- a) Contrabando, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- b) Contrabando, sem majoração, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- c) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- d) Descaminho, sem majoração por se tratar de voo regular e não clandestino, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.

---

**DIREITO CIVIL**

---

*Mário Godoy*

41. João, Elias, Roberto, Patrícia e Renata resolveram constituir uma sociedade para a exploração de atividades relacionadas ao turismo. A sociedade tem sua diretoria e administração sediada no Rio de Janeiro, mas, com a expansão dos negócios, foram abertos estabelecimentos em Salvador e em Fortaleza.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade foi legalmente constituída com a assinatura do ato constitutivo.
  - b) Salvador pode ser considerado domicílio da sociedade, com relação aos atos praticados no estabelecimento lá situado.
  - c) Se for convocada uma reunião para tratar de assuntos referentes aos negócios da sociedade, somente com o voto da maioria absoluta dos respectivos administradores será possível a tomada de decisões.
  - d) Se a administração da sociedade vier a faltar, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
  - e) Eventuais ofensas irrogadas por terceiro à sociedade não autoriza a propositura de ação reparatória por danos morais em nome desta.
-

**42.** Jonas faleceu, e com a abertura da sucessão, foram inventariados os seguintes bens: o usufruto de um apartamento; um crédito de R\$ 20 mil reais referente a um empréstimo; o penhor de um relógio; materiais destinados à construção de uma casa.

Com relação à situação descrita, são considerados bens móveis:

- a) o direito à sucessão aberta, o crédito, o penhor e os materiais.
- b) o usufruto, o crédito e os materiais.
- c) o crédito, o penhor e os materiais.
- d) o direito à sucessão aberta, o penhor e os materiais.
- e) o usufruto, o penhor, o crédito e os materiais.

**43.** Paulo prometeu ao seu filho, Ricardo, a doação de um automóvel caso este fosse aprovado no vestibular de medicina da Universidade Federal. O contrato de doação foi formalizado por escrito e assinado por ambas as partes. Ocorre que, no dia do certame, Paulo, arrependido, trancou Ricardo dentro de casa, impedindo-o de fazer a prova.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de doação encontra-se sujeito a uma condição resolutiva.
- b) O contrato de doação encontra-se sujeito a um termo inicial.
- c) No momento da celebração do contrato, Ricardo já se considera titular de direito adquirido à propriedade do automóvel.
- d) Se, entre a celebração do contrato e o dia do certame, o carro necessitar de manutenção, Ricardo está legalmente autorizado a promovê-la.
- e) Como Ricardo não foi aprovado no vestibular, não tem direito a exigir de Paulo a entrega do automóvel.

**44.** Antonio, enquanto estava conduzindo seu automóvel na BR 101, passou por um buraco e teve de parar em um acostamento. Ao verificar o estado dos pneus, surpreendeu-se ao perceber que dois deles tinham estourado. Em razão do fato, procurou a oficina mais próxima das imediações, que lhe cobrou R\$ 5 mil reais para fazer os reparos necessários. Como a outra oficina distava mais de 40 quilômetros, e Antonio estava sem telefone celular, pagou o valor cobrado, mesmo sabendo que o referido valor era bem maior que as médias praticadas pelas oficinas em geral.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico celebrado entre Antonio e a oficina é válido.
- b) O negócio jurídico celebrado entre Antonio e a oficina é nulo.
- c) O negócio jurídico celebrado entre Antonio é anulável por estado de perigo.
- d) O prazo prescricional para promover a anulação do negócio jurídico é de 4 anos, a contar de sua realização.
- e) Não se decretará a anulação do negócio jurídico, se a oficina concordar com a redução do seu proveito.



45. Tiago, que estava conduzindo seu veículo, foi surpreendido por Joana, que atravessou repentinamente a pista. Para evitar o atropelamento, Tiago teve que desviar seu carro, e em razão do fato, veio a atropelar Jonas, que estava na parada de ônibus esperando a chegada coletivo.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Tiago cometeu ato ilícito, e em razão disso, deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- b) Tiago agiu em legítima defesa, e em razão disso, não deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- c) Tiago agiu em estado de necessidade, e em razão disso, não deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- d) Tiago agiu em estado de necessidade, mas mesmo assim, deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- e) Se Jonas falecer em razão do atropelamento, Tiago deverá prestar alimentos aos seus dependentes, até o dia em que estes atingirem 18 anos de idade.

## ECONOMIA

*Celso Natale*

46. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

47. Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as funções

- a) distributiva e alocativa.
- b) distributiva e estabilizadora.
- c) alocativa e estabilizadora.
- d) alocativa e distributiva.
- e) estabilizadora e distributiva.

**48.** Ao tratar de Déficit e Dívida Pública, existe um conceito que se refere à diferença positiva entre a receita arrecadada pelo governo e os gastos públicos, excluindo os juros da dívida. Em outras palavras, é quando o governo arrecada mais dinheiro do que gasta, sem levar em consideração os pagamentos de juros sobre empréstimos e dívidas. Esse conceito é relevante porque indica a capacidade do governo de reduzir sua dívida, o que pode ajudar a estabilizar as finanças públicas a longo prazo. Com base nesse conceito e nos seus conhecimentos sobre Déficit e Dívida, analise as assertivas a seguir:

- I. o resultado fiscal, seja déficit ou superávit, é obtido pela atuação dos entes financeiros públicos, dentre os quais estão o Banco Central, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.
- II. o superávit primário considera também os juros líquidos da dívida pública no período em análise.
- III. o superávit primário é tido como a poupança do setor público, para que arque com os pagamentos de juros sobre a dívida pública.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e II.

**49.** Considerando os tipos de impostos e os fundamentos teóricos da tributação, assinale a alternativa correta.

- a) a introdução de um imposto sobre vendas de mercadorias faz com que o ônus tributário seja totalmente transferido para os consumidores, independente da elasticidade-preço da demanda.
- b) no Brasil, a baixa contribuição de tributos sobre renda e patrimônio, combinada com uma alta participação de tributos sobre bens e serviços na carga tributária total de um país, tende a resultar em um sistema tributário altamente regressivo, colocando um ônus maior na parcela da população com menor renda.
- c) o imposto de renda regressivo funciona como uma ferramenta automática de estabilização e equidade fiscal.
- d) o princípio da progressividade pressupõe que o sistema tributário não deve provocar distorções na alocação dos recursos e nem prejudicar a eficiência econômica.
- e) o sistema tributário proporcional é caracterizado por aplicar uma alíquota crescente, diretamente proporcional à renda.

**50.** A respeito das características da curva de Laffer, é incorreto afirmar que:

- a) existe uma única alíquota tributária que minimiza a arrecadação tributária.
- b) há uma relação positiva ou negativa entre a alíquota de impostos e a arrecadação, a depender do nível da primeira;
- c) existe uma única alíquota tributária que maximiza a arrecadação tributária;
- d) aumentos excessivos da carga tributária podem elevar a evasão fiscal;
- e) níveis elevados da alíquota tributária podem estimular a informalidade;

**FINANÇAS PÚBLICAS***Amanda Aires*

**51.** Quais são as principais funções econômicas do Estado?

- a) Regular a concorrência, proteger o consumidor, e garantir a seguridade social.
- b) Fornecer bens públicos, redistribuir renda, e estabilizar a economia.
- c) Controlar a inflação, promover a privatização, e aumentar a produtividade.
- d) Regular o comércio internacional, proteger o meio ambiente, e promover a educação.
- e) Garantir a segurança nacional, incentivar a inovação tecnológica, e reduzir a desigualdade de gênero.

**52.** Qual é um dos principais objetivos da política fiscal no Brasil?

- a) Aumentar a dívida pública para financiar programas sociais.
- b) Garantir a estabilidade macroeconômica através do controle dos gastos públicos e arrecadação de tributos.
- c) Reduzir a carga tributária das grandes empresas para fomentar o investimento.
- d) Expandir o déficit fiscal para estimular a economia.
- e) Eliminar completamente os impostos sobre o consumo.

**53.** Qual é uma das principais fontes de financiamento público?

- a) Emissão de títulos da dívida pública.
- b) Venda de produtos e serviços do setor privado.
- c) Investimentos estrangeiros diretos.
- d) Doações internacionais.
- e) Empréstimos de curto prazo do setor privado.

**54.** O que é a "perda de peso morto" em termos de tributação?

- a) O aumento na receita fiscal resultante de um novo imposto.
- b) A redução na eficiência econômica causada por um imposto.
- c) O montante total arrecadado pelos impostos indiretos.
- d) A transferência de recursos entre diferentes grupos sociais através da tributação.
- e) O impacto positivo dos impostos sobre o crescimento econômico.

**55.** Qual das seguintes alternativas melhor define "carga tributária"?

- a) A soma total dos impostos arrecadados pelo governo dividido pelo PIB.
- b) O total de impostos pagos apenas pelas empresas.
- c) A relação entre a dívida pública e a receita fiscal.
- d) A quantidade de tributos pagos pelas famílias de baixa renda.
- e) A arrecadação de impostos federais somente.

**DIREITO EMPRESARIAL***Cadu Carrilho*

**56.** Carlos deseja empreender, para isso resolve montar uma loja e exercer diretamente a atividade desenvolvida. A respeito do exercício empresarial e as regras sobre a atividade econômica regularizada feita pelos agentes econômicos, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, inclusive as atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, sem esse cumprimento o empresário não poderá exercer suas atividades.
- c) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- d) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deve, observadas as formalidades, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- e) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, desde que pelo menos por meio da união de duas ou mais pessoas.

**57.** A legislação prevê algumas opções de existência de tipos sociais. Carlos resolve montar uma sociedade com seu amigo, ambos não querem ter que seguir muita burocracia documental, e assim resolver estabelecer uma sociedade que não tenha personalidade jurídica. Sendo assim, com base na legislação em vigor, Carlos poderá se submeter a regra de que:

- a) Sobre as sociedades em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- b) Sobre a sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.
- c) Na sociedade em comum, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- d) Nas sociedades em comandita simples, o contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
- e) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**58.** O estabelecimento é um instituto do Direito Empresarial que possui normas específicas no Código Civil, apesar de ser um instituto privado, a lei prevê alguns regramentos que devem ser seguidos, no que tange a esse assunto, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Entende-se que o estabelecimento é considerado uma universalidade de direito.
- b) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- c) O estabelecimento é também conhecido como o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- d) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
- e) No caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a questão relativa à concorrência do alienante persistirá durante pelo prazo de cinco anos.

**59.** Sobre as ações das sociedades anônimas e as regras tratadas na legislação sobre esse tema, marque a opção que está em concordância com a lei:

- a) É possível a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.
- b) Na companhia aberta e na fechada, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos na lei.
- c) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar vinte e cinco por cento do total das ações emitidas.
- d) As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, não se pode acumular as duas preferências.

e) As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

**60.** Um dos tipos societários mais utilizados na prática no desenvolvimento de atividades econômicas é a sociedade limitada. Quanto a esse tipo societário, marque a opção correta:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social e não pode ser constituída por apenas uma pessoa.
- b) Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.
- c) A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de, apenas, tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- d) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas sempre designadas no contrato social.
- e) O capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

**AUDITORIA***Guilherme Sant'Anna*

**61.** Os papéis de trabalho são os documentos “*que têm por finalidade o registro das informações e fatos que foram verificados durante a auditoria e que servem de suporte para conclusões, ações e recomendações*”. (CREPALDI & CREPALDI, 2023, p.371)

Considerando as orientações da NBC TA 230 sobre a documentação de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) Não se exige a documentação de informações referentes a assuntos significativos inconsistentes com a conclusão final do auditor.
- b). Não se exige que o auditor inclua na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis.
- c) Após a data do relatório, o auditor não poderá executar procedimentos novos ou adicionais que possam alterar a sua conclusão.
- d) A documentação da auditoria compreende uma ou mais pastas ou outras formas de armazenamento, em forma física ou eletrônica que contêm os registros que servem de suporte para um trabalho específico.
- e) O auditor não pode deixar de atender a um requisito relevante de uma norma de auditoria.

**62.** Em relação aos procedimentos analíticos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F), de acordo com a NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos e normas correlatas:

- ( ) Os procedimentos analíticos podem ser aplicados para demonstrações contábeis consolidadas, componentes e elementos individuais de informação.
- ( ) Os procedimentos analíticos substantivos são geralmente mais aplicáveis a grandes volumes de transações que tendem a ser imprevisíveis ao longo do tempo.

( ) Os procedimentos analíticos incluem comparações de informações contábeis e financeiras da entidade com informações de entidades do mesmo setor de atividade. É o caso da comparação entre índices de vendas e contas a receber com as médias do setor ou com outras entidades de porte comparável do mesmo setor.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – F – F.
- c) V – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – V.

**63.** Nos trabalhos de auditoria, pode ser necessário adotar um processo de amostragem estatística, que garante a aleatoriedade da seleção dos elementos que irão compor a amostra, de modo a se obter uma amostra representativa da população e isenta de vieses.

Diante da necessidade de obtenção de amostra sorteada de uma população com base em um intervalo fixo de seleção, após um ponto de partida ser aleatoriamente selecionado, deve-se aplicar o método de seleção de amostra:

- a) aleatória
- b) estratificada
- c) ao acaso
- d) sistemática
- e) sorteada

**64.** Em relação ao risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude, assinale a afirmativa correta, de acordo com a NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude.

- a) É maior no caso de fraude cometida por empregados, uma vez que são eles que fornecem as informações solicitadas pelo auditor.
- b) É maior no caso de fraude cometida por empregados, uma vez que esses têm condições de apresentar informações contábeis fraudulentas.
- c) É maior no caso de fraude cometida por empregados, uma vez que esses têm condições burlar procedimentos de controle destinados a prevenir fraudes semelhantes.
- d) É maior no caso de fraude da administração, uma vez que a fraude envolve esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados, destinados a ocultá-la.
- e) É maior no caso de fraude da administração, uma vez que esta frequentemente tem condições de manipular os registros contábeis, direta ou indiretamente.

**65.** Nos trabalhos de auditoria interna, o processo de obtenção e avaliação das informações inclui a avaliação da efetividade das informações obtidas.

À luz da NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, tais informações constituem as evidências que fundamentam os resultados do trabalho e, entre outras características, devem ser úteis, ou seja:

- a) auxiliar a entidade a atingir suas metas
- b) dar suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna
- c) evidenciar os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão
- d) propiciar a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de auditoria interna
- e) ser factuais e convincentes, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno

## **CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS**

*Silvio Sande*

**66.** Uma indústria adquiriu um equipamento de grande porte em 1º de julho de 2021. Para aquisição da máquina, a sociedade deveria desembolsar R\$ 3.000.000,00 à vista. Após analisar o seu fluxo de caixa, a administração da indústria decidiu financiar o pagamento da máquina junto ao fornecedor em 36 parcelas mensais de R\$ 100.000,00, totalizando R\$ 3.600.000,00. Adicionalmente, a empresa ainda desembolsou R\$ 80.000,00 para transportar a máquina da sede do fornecedor ao local de sua instalação; R\$ 150.000,00 com tributos não recuperáveis; e, R\$ 20.000,00 com seguro no transporte. Sabe-se que a indústria contratou uma empresa especializada para realizar a instalação e incorreu em gastos com instalação no montante de R\$ 100.000,00. Findada a instalação, a fase de testes do funcionamento da máquina gerou custos de R\$ 50.000,00 e as amostras produzidas, na fase de testes, foram vendidas por R\$ 10.000,00. Devidamente instalada e testada, a máquina ficou apta para produzir em 1º de outubro de 2021. Posteriormente, a empresa pagou R\$ 15.000,00 na realização de um curso para treinamento de seus empregados a fim de operar o equipamento. O método adotado para cálculo da depreciação foi o linear, considerando valor residual de 10% do custo de aquisição. A vida útil estimada foi de doze anos. Ao longo do ano de 2022, a máquina ficou ociosa por um período de 90 dias.

Considerando essas informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, o saldo da conta de depreciação acumulada dessa máquina, em 31/12/2022, foi de:

- a) R\$ 318.750,00
- b) R\$ 414.350,00
- c) R\$ 450.000,00
- d) R\$ 500.062,00
- e) R\$ 530.045,00

**67.** Em 01/01/2015 a Cia. Bahia adquiriu, à vista, 80% das ações da Cia. Vitória pelo valor de R\$ 20.000.000,00. Na data da aquisição, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cia. Vitória era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Vitória a que foram adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação, era R\$ 18.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida.

Durante o ano de 2015, a Cia. Vitória reconheceu em seu Patrimônio Líquido as seguintes mutações:

- Lucro líquido de 2015: R\$ 400.000,00
- Dividendos distribuídos: R\$ 150.000,00
- Ajustes de avaliação patrimonial: R\$ 500.000,00 (saldo credor).

O valor apresentado pela Cia. Bahia na conta Investimento, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2015, e o valor reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2015 referente a este investimento foram, respectivamente, em reais,

- a) 20.240.000,00 e 640.000,00.
- b) 20.240.000,00 e 320.000,00.
- c) 20.400.000,00 e 400.000,00.
- d) 14.880.000,00 e 320.000,00.
- e) 20.480.000,00 e 720.000,00.

**68.** Uma sociedade empresária optante do lucro real apresentou as seguintes despesas, custos e receitas em 2021:

- Receita de serviços prestados: R\$ 1.000.000,00;
- Receita de equivalência patrimonial: R\$ 100.000,00;
- Custos dos serviços prestados: R\$ 400.000,00;
- Despesa com PECLD: R\$ 50.000,00;
- Despesas com provisão para processos trabalhistas: R\$ 200.000,00; e,
- Despesas com multas: R\$ 150.000,00.

A sociedade empresária apresenta histórico de lucratividade e um estudo detalhado que também prevê a apuração de lucro nos próximos cinco anos.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o lucro líquido (contábil) da sociedade empresária, em 31/12/2021, considerando a alíquota fixa de tributos sobre o lucro de 34% foi:

- a) R\$ 96.000,00
- b) R\$ 119.000,00
- c) R\$ 181.000,00
- d) R\$ 198.000,00
- e) R \$ 300.000,00



69. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 e a Demonstração do Resultado do ano de 2022 da empresa Mercado Central BH S.A. são apresentados nos dois quadros a seguir:

Mercado Central BH S.A.  
 Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 – em reais

| ATIVO                             | 31/12/2021     | 31/12/2022     | PASSIVO                       | 31/12/2021     | 31/12/2022     |
|-----------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Ativo circulante</b>           | <b>364.000</b> | <b>572.000</b> | <b>Passivo circulante</b>     | <b>312.000</b> | <b>521.560</b> |
| Caixa e Equivalentes de Caixa     | 120.000        | 244.000        | Fornecedores                  | 132.000        | 130.800        |
| Duplicatas a Receber de Clientes  | 112.000        | 146.000        | Empréstimos                   | 180.000        | 388.000        |
| (-) Perdas Estimadas com Clientes | -              | (14.000)       | Dividendos a Pagar            | -              | 2.760          |
| Estoques                          | 132.000        | 196.000        |                               |                |                |
| <b>Ativo não circulante</b>       | <b>288.000</b> | <b>336.000</b> | <b>Passivo não circulante</b> | <b>-</b>       | <b>40.000</b>  |
| <b>Investimentos</b>              |                |                | Provisão para Riscos Fiscais  | -              | 40.000         |
| Propriedades para Investimento    | 28.000         | 72.000         |                               |                |                |
| <b>Imobilizado</b>                |                |                | <b>Patrimônio Líquido</b>     | <b>340.000</b> | <b>346.440</b> |
| Equipamentos                      | 168.000        | 264.000        | Capital Social                | 300.000        | 300.000        |
| Terrenos                          | 92.000         | -              | Reservas de Lucros            | 40.000         | 46.440         |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>             | <b>652.000</b> | <b>908.000</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>  | <b>652.000</b> | <b>908.000</b> |

| Mercado Central BH S.A.   |                |
|---|----------------|
| Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 – Em reais |                |
| Receitas Líquidas de Vendas   | 316.000        |
| (-) Custo das Mercadorias Vendidas                                      | (520.000)      |
| <b>(=) Resultado com Mercadorias</b>                                    | <b>296.000</b> |
| (-) Despesas Operacionais   |                |
| - Perdas Estimadas com Clientes   | (14.000)       |
| - Vendas  | (90.000)       |
| - Administrativas   | (100.800)      |
| - Depreciação   | (24.000)       |
| - Provisão para Riscos Fiscais  | (40.000)       |
| - Diversas  | (8.000)        |
| (+/-) Outras Receitas e Despesas  |                |
| Ajuste a valor justo de Propriedades para Investimento                  | 10.000         |
| Despesas Financeiras  | (40.000)       |
| Lucro na Venda de Terrenos  | 20.000         |
| <b>(=) Resultado Líquido</b>  | <b>9.200</b>   |

Sabe-se que no ano de 2022 a empresa não vendeu investimentos e equipamentos, não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais foi, em reais,

- 8.000 (positivo).
- 4.000 (positivo).
- 2.000 (negativo).
- 18.000 (positivo).
- 4.000 (negativo).

70. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

|  |                |
|--|----------------|
| Receita de Vendas                            | 500.000        |
| Custo das Mercadorias Vendidas               | - 200.000      |
| <b>Lucro Bruto</b>                           | <b>300.000</b> |
| <b>Despesas operacionais:</b>                |                |
| Depreciação                                  | - 50.000       |
| Salários (empregados próprios)               | - 60.000       |
| Outras receitas e despesas operacionais      |                |
| Venda de carro                               | 20.000         |
| <b>Receita antes do resultado financeiro</b> | <b>210.000</b> |
| Despesas financeiras                         | - 40.000       |
| <b>LAIR</b>                                  | <b>170.000</b> |
| IRCS   | - 57.800       |
| <b>Lucro Líquido</b>                         | <b>112.200</b> |

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

**71.** A Cia. Investidora adquiriu, em 01 de dezembro de 20x1, 80% das ações da Cia. Investida, que se encontra instalada em Portugal. Em 31 de dezembro de 20x7, a Cia. Investida apresentou a seguinte posição financeira:

| Contas                                      |  | Saldo (€ euros) |
|---|--|-----------------|
| Ativos                                      |  | 80.000,00       |
| Passivos                                    |  | 60.000,00       |
| Patrimônio Líquido                          |  |                 |
| Capital Social                              |  | 17.000,00       |
| Lucro Líquido, referente a dezembro de 20x7 |  | 3.000,00        |

| Taxas              | Cotação € euro | Observações           |
|--------------------|----------------|-----------------------|
| Taxa Histórica     | R\$ 3,00       | em 01/12/20x7         |
| Taxa Média         | R\$ 3,50       | de 01/12 a 31/12/20x7 |
| Taxa de Fechamento | R\$ 4,00       | em 31/12/20x7         |

A conversão do Balanço Patrimonial da Cia. Investida (para Reais), em 31/12/20x7, gera um registro na Conta Ajuste Acumulado de Conversão, na Cia. Investidora, no valor de, em R\$,

- 18.500,00.
- 18.000,00.
- 17.000,00.
- 15.000,00.
- 14.800,00.

**72.** Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- 1050.
- 1250.
- 1.500.
- 1.680.
- 2.100.

**73.** A indústria Verde e Amarelo produz e vende 100 carrocerias para caminhão por mês. Cada carroceria é vendida por R\$ 50.000,00, com os seguintes custos de produção:

- Variáveis = R\$ 31.000,00 / unidade
- Gastos Fixos (Custos + Despesas) = R\$ 1.520.000,00 / mês

Na última reunião do conselho, ficou determinado que a indústria Verde e Amarelo reduziria em 10% seus gastos fixos. Com base nessas informações e na nova política de redução de custos, qual seria a nova margem de segurança?

- 20%
- 22%
- 24%
- 26%
- 28%

**74.** Certa empresa alcançou a receita, no último mês, de R\$ 450.000,00, com lucro bruto de R\$ 50.000,00. O preço de venda unitário do único produto manufaturado por esta empresa é de R\$ 300,00, sendo o custo variável unitário para produzi-lo de R\$ 100,00. Com base nestes dados, o analista financeiro sugeriu que a empresa aumentasse a quantidade de vendas deste produto, no mês seguinte, em 25%, reduzindo o Grau de Alavancagem Operacional para

- 4,0.
- 6,0.
- 2,0.
- 3,0.
- 5,0.

75. Observe alguns itens do Relatório de Produção da Empresa ALFA, abaixo, em reais.

| Itens               | Valor Orçado | Valor Real |
|---------------------|--------------|------------|
| Unidades Consumidas | 950.000,00   | 960.000,00 |
| Preço Unitário      | 4,28         | 4,00       |

Sabendo que a empresa trabalha com três variações, assinale o valor das variações no preço e na quantidade, em reais, foram, respectivamente, de:

- a) 226.000,00 e 42.800,00
- b) 266.000,00 e 40.000,00
- c) 266.000,00 e 42.800,00
- d) 268.800,00 e 40.000,00
- e) 268.800,00 e 42.800,00

## CONTABILIDADE PÚBLICA

*Gilmar Possati*

76. O Governo do Estado Audazes do Sul adquiriu em 15/05/20X1 840 tablets para distribuição gratuita a estudantes da rede estadual de ensino, conforme informações abaixo:

- Preço de aquisição total 840.000,00
- Frete do transporte 5.000,00
- Seguros do transporte 2.000,00

No dia 30/05/20X1, os tablets adquiridos chegaram ao local definido no ato da aquisição para entrega. Sabe-se que, até o dia 30/06/20X1, os tablets adquiridos não haviam sido distribuídos aos alunos. Nessa data, o valor realizável líquido apurado desse lote era de R\$ 850.000,00 e o custo corrente de reposição de R\$ 845.000,00.

Com base somente nessas informações, desconsiderando qualquer efeito tributário ocorrido na transação, e na NBC TSP 04 – Estoques, o lote de 840 tablets deverá ser registrado, em 30/06/20X1, pelo valor de

- a) 840.000,00.
- b) 845.000,00.
- c) 847.000,00.
- d) 850.000,00.
- e) 857.000,00.

77. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X1, o resultado patrimonial apurado pelo Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- a) 9.200.000,00.
- b) 9.340.000,00.
- c) 9.060.000,00.
- d) 9.390.000,00.
- e) 9.530.000,00.

78. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X1, o ativo do Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- a) 14.700.000,00.
- b) 14.300.000,00.
- c) 14.890.000,00.
- d) 14.490.000,00.
- e) 14.590.000,00.

79. Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, as mensurações a valor corrente refletem o ambiente econômico vigente na data de apresentação do relatório. As opções a seguir indicam bases de mensuração a valor corrente para ativos, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) valor em uso.
- b) custo corrente de substituição.
- c) preço líquido de venda.
- d) preço presumido.
- e) valor de mercado.

80. O balanço orçamentário evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As opções a seguir indicam informações que devem constar na estrutura do balanço orçamentário conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Dotação atualizada das despesas.
- b) Despesas por categoria econômica e função.
- c) Dotação inicial das despesas.
- d) Receitas detalhadas por categoria econômica e origem.
- e) Saldo da dotação.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

*Fábio Dutra*

81. Com a Reforma Tributária (EC 132/2023), foi previsto o imposto sobre bens e serviços (IBS) de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta:

- a) O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada incidirá apenas sobre operações com bens materiais e imateriais, e os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- b) A legislação do imposto sobre bens e serviços será diferenciada em cada Estado, permitindo que cada um adote normas próprias para regulamentar sua aplicação.
- c) O imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- d) A alíquota do imposto será fixada por lei federal e será a mesma para todas as operações em todos os entes federativos, sem exceção.
- e) A concessão de incentivos e benefícios fiscais relativos ao IBS por parte de cada Estado será permitida para fomentar o desenvolvimento regional.

**82.** No âmbito do Direito Tributário, as taxas possuem características específicas que as diferenciam de outros tributos. Considerando o Código Tributário Nacional (CTN) e de acordo com o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal e com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) É constitucional a taxa de iluminação pública, desde que o serviço seja prestado de forma contínua e eficaz.
- b) A cobrança de taxa pela coleta, remoção e tratamento de lixo ou resíduos provenientes de imóveis é permitida pela Constituição Federal.
- c) As taxas são tributos de competência exclusiva dos Municípios, uma vez que estão diretamente relacionadas aos serviços públicos municipais.
- d) A taxa pode ser calculada em função do capital das empresas, desde que previsto em lei municipal.
- e) A cobrança de taxas deve ser sempre facultativa, respeitando a livre adesão do contribuinte aos serviços prestados pelo Estado.

**83.** A Contribuição de Melhoria é um tributo cuja finalidade é cobrir os custos de obras públicas que valorizem os imóveis beneficiados. O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece critérios e condições específicas para a instituição e cobrança dessa contribuição. Com base nos artigos 81 e 82 do CTN, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) A Contribuição de Melhoria pode ser instituída para cobrir qualquer tipo de obra pública, independentemente de haver valorização imobiliária, desde que haja previsão em lei específica.
- b) O valor total arrecadado com a Contribuição de Melhoria não pode ultrapassar o custo total da obra pública, mas não há limitação individual para cada imóvel beneficiado.
- c) A publicação prévia dos elementos da obra pública, como o memorial descritivo do projeto e o orçamento do custo da obra, é um dos requisitos

mínimos que devem ser observados na lei que institui a Contribuição de Melhoria.

- d) A lei relativa à Contribuição de Melhoria deve fixar um prazo mínimo de 60 dias para impugnação pelos interessados dos elementos publicados.
- e) A Contribuição de Melhoria pode ser cobrada independentemente da publicação prévia dos elementos e da delimitação da zona beneficiada pela obra pública.

**84.** Considerando as regras do Código Tributário Nacional (CTN) acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é correto afirmar:

- a) O IPI incide apenas na importação de produtos estrangeiros, sendo irrelevante para produtos fabricados no Brasil.
- b) O fato gerador do IPI é exclusivamente a saída de produtos dos estabelecimentos industriais, não abrangendo o desembaraço aduaneiro dos produtos.
- c) O IPI é seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não cumulativo, sendo que o imposto pago em uma etapa pode ser compensado nas etapas subsequentes.
- d) A base de cálculo do IPI é sempre o valor da operação de venda do produto.
- e) Apenas estabelecimentos industriais e importadores podem ser contribuintes do IPI.

**85.** No que se refere à responsabilidade tributária na aquisição de fundo de comércio, o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece diversas regras para assegurar o pagamento de tributos devidos pelo alienante. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta:

- a) O adquirente de um fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos pelo alienante, independentemente de qualquer condição adicional.
- b) A responsabilidade do adquirente pelos tributos devidos pelo alienante se limita aos tributos que estejam vencidos na data da aquisição do fundo de comércio.
- c) O adquirente de um fundo de comércio não responde pelos tributos devidos pelo alienante se este continuar a exercer atividade no mesmo ramo, mesmo que em outro estabelecimento.
- d) O adquirente de um fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos pelo alienante se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- e) A responsabilidade do adquirente pelos tributos do alienante é solidária, devendo ser exigida primeiro do alienante, em qualquer situação.

**86.** A interpretação da legislação tributária segue regras específicas previstas no Código Tributário Nacional (CTN). Indique a única assertiva correta:

- a) A legislação tributária deve ser interpretada de forma literal em todos os casos, para evitar qualquer margem de erro na aplicação das normas.
- b) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente deve utilizar sucessivamente a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c) A legislação tributária pode ser interpretada de maneira a criar novos tributos por analogia, desde que respeitados os princípios gerais do direito.
- d) A aplicação da equidade permite a dispensa do pagamento de tributos devidos, quando a situação do contribuinte assim o exigir.
- e) Os princípios gerais de direito privado são utilizados prioritariamente na interpretação da legislação tributária, isto é, para definição dos respectivos efeitos tributários, para garantir a conformidade com o Código Civil.

**87.** No sistema tributário brasileiro, a suspensão do crédito tributário pode ocorrer nas hipóteses previstas no art. 151, do Código Tributário Nacional (CTN). Segundo a referida norma, é correto dizer que:

- a) A moratória pode ser concedida somente por meio de lei específica do Município.
- b) A concessão de medida liminar em mandado de segurança não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) O parcelamento do débito tributário extingue automaticamente o crédito tributário, independentemente do pagamento integral das parcelas.
- d) A suspensão do crédito tributário pode ocorrer por meio do depósito do montante integral, sendo este o valor que o contribuinte entende devido, para discutir administrativa ou judicialmente a dívida que lhe foi imposta pelo Fisco.
- e) A concessão de medida cautelar fiscal não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**88.** Avalie os enunciados seguintes quanto às garantias e aos privilégios do crédito tributário, conforme estabelecido pelo CTN, e selecione a opção que identifica corretamente os itens verdadeiros:

- I) O crédito tributário prefere a todos os créditos, seja qual for sua natureza ou o tempo de constituição, salvo os créditos decorrentes da legislação trabalhista.
- II) O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, priorizando a União.
- III) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

As assertivas corretas são:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I e III.
- d) Apenas III.
- e) Apenas II.

**89.** De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar:

- a) A dívida ativa tributária pode ser inscrita após o prazo de 5 anos contados da constituição definitiva do crédito tributário.
- b) A certidão de dívida ativa (CDA) não precisa conter o valor originário do crédito, bastando a indicação do montante total devido.
- c) A omissão da data de inscrição da dívida ativa não configura, por si só, causa de nulidade da própria inscrição (CDA).
- d) A inscrição em dívida ativa é condição indispensável para a execução fiscal do crédito tributário.
- e) A dívida ativa, quando regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.

**90.** O princípio da legalidade tributária é uma garantia fundamental para os contribuintes, assegurando que tributos só podem ser exigidos ou aumentados por meio de lei. Qual das afirmações abaixo está de acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esse princípio?

- a) É inconstitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, mesmo que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.
- b) É constitucional a majoração de impostos por meio de ato infralegal, desde que isso seja feito dentro dos limites estabelecidos por lei.
- c) A cobrança de ICMS-DIFAL de empresas optantes pelo Simples Nacional deve ser fundamentada em lei estadual em sentido estrito, conforme decisão do STF.
- d) O princípio da legalidade não se aplica às contribuições previdenciárias, podendo estas ser estabelecidas ou aumentadas por regulamentos administrativos.
- e) É constitucional a lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL***Fábio Dutra*

**91.** Em relação à Lei 9.393/1996, assinale a alternativa correta:

- a) Pequenas glebas rurais, quando exploradas por proprietários que possuem dois imóveis, estão isentas do ITR.
- b) Imóveis rurais de quilombolas são imunes ao ITR independentemente da ocupação ou exploração.
- c) Imóveis rurais em assentamentos de reforma agrária são isentos do ITR quando explorados por associação ou cooperativa de produção.
- d) O domicílio tributário do contribuinte, como regra, é o município de localização do imóvel, salvo se o contribuinte escolher outro.
- e) Qualquer conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, que não totalizem área superior aos limites estabelecidos pela Lei 9393/96 de pequenas glebas rurais, são isentos do ITR.

**92.** O Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018) estabelece diversas regras sobre os rendimentos que estão ou não sujeitos ao Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Considerando tal norma, são considerados rendimentos tributáveis, exceto:

- a) salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios, honorários, diárias de comparecimento, bolsas de estudo e de pesquisa e remuneração de estagiários.
- b) férias.
- c) licença especial ou licença-prêmio.
- d) gratificações, participações, interesses, percentagens, prêmios e quotas-partes de multas ou receitas.
- e) as bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador nem importem contraprestação de serviços.

**93.** Sobre a destinação do produto da arrecadação da CIDE, conforme a Lei que a institui, assinale a alternativa correta:

- a) O produto da arrecadação da CIDE será destinado exclusivamente ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás.
- b) O produto da arrecadação da CIDE será utilizado para financiamento de programas de infraestrutura de transporte, excluindo qualquer outra destinação.
- c) Parte do produto da arrecadação da CIDE é destinada ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo.
- d) O produto da arrecadação da CIDE não pode ser destinado ao financiamento do auxílio destinado a mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo sobre o orçamento das famílias de baixa renda.
- e) A arrecadação da CIDE será integralmente repassada aos Estados e ao Distrito Federal.



**94.** Em relação à legislação vigente sobre o IRPF e a jurisprudência, analise os itens abaixo e julgue quais deles estão corretos (V) ou errados (F), assinalando ao final a alternativa que condiz com a sequência correta.

( ) São tributáveis os valores percebidos, em dinheiro, a título de alimentos ou de pensões, em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública registrada em cartório, inclusive a prestação de alimentos provisionais.

( ) Os royalties são considerados rendimentos tributáveis, tais como rendimentos decorrentes de uso, fruição ou exploração de direitos decorrentes de uso, fruição ou exploração de direitos.

( ) São tributáveis 40% do rendimento bruto percebido por garimpeiros na venda a empresas legalmente habilitadas, de metais preciosos e de pedras preciosas e semipreciosas por eles extraídos.

- a) V, F, V
- b) V, V, V
- c) F, F, V
- d) V, V, F
- e) F, V, F

**95.** De acordo com o Regulamento do IPI, são obrigados ao pagamento do imposto como responsáveis:

a) O transportador, em relação aos produtos tributados que transportar, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência.

b) O industrial, em relação ao fato gerador decorrente da saída de produto que industrializar em seu estabelecimento.

c) O importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira.

d) O estabelecimento equiparado a industrial, quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem.

e) os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, quando alcançado pela imunidade constitucional.

**96.** De acordo com a legislação em vigor aplicável à contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, assinale a alternativa que não contempla uma parcela a ser excluída das suas respectivas bases de cálculo:

a) vendas canceladas.

b) reversões de provisões, que não representem ingresso de novas receitas.

c) ICMS destacado no documento fiscal.

d) Os descontos concedidos.

e) receita auferida pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária.

**97.** De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), o IRPJ devido trimestralmente, com base no lucro arbitrado, será determinado quando:

- a) O contribuinte não responder qualquer intimação fiscal.
- b) O contribuinte optar pelo lucro presumido de forma indevida.
- c) A escrituração contiver qualquer erro, mesmo que não impossibilitem a identificação da movimentação financeira.
- d) O comissário ou o representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade conjuntamente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior.
- e) O contribuinte optante pelo lucro presumido não realizar o pagamento do imposto de renda apurado e declarado trimestralmente dentro do prazo previsto na legislação.

**98.** Sobre a definição do fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), assinale a alternativa correta:

- a) O ITR incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado dentro ou fora da zona urbana do município.
- b) O ITR incide anualmente sobre a propriedade rural em 1º de janeiro de cada ano.
- c) O ITR não incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária em qualquer situação.
- d) Considera-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona urbana do município.
- e) O ITR incide sobre a posse de imóvel urbano.

**99.** Considerando as disposições do Regulamento do IOF - Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, especificamente no que dispõe sobre o fato gerador do IOF nas operações de crédito, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IOF ocorre exclusivamente na data da assinatura do contrato de crédito.
- b) O fato gerador do IOF ocorre na data da efetiva entrega ou colocação à disposição do valor da obrigação.
- c) O fato gerador do IOF ocorre somente no momento do adiantamento a depositante.
- d) O fato gerador do IOF ocorre apenas na data da novação da dívida.
- e) O fato gerador do IOF ocorre na data do débito de encargos na conta do interessado.

**100.** De acordo com o Decreto 9580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda), sobre a tributação dos rendimentos na sociedade conjugal, assinale a alternativa correta:

- a) Cada cônjuge deve incluir 25% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns em sua declaração.
- b) Os rendimentos produzidos pelos bens comuns devem ser incluídos na declaração de apenas um dos cônjuges, obrigatoriamente.
- c) Na dissolução da sociedade conjugal por morte, os rendimentos dos bens comuns não são tributados.
- d) Cada cônjuge deve incluir 50% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns em sua declaração.
- e) Os bens comuns devem ser relacionados na declaração de ambos os cônjuges, mesmo que um deles esteja desobrigado de apresentar a declaração.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL***Eduardo da Rocha*

**91.** A lei Kandir foi recentemente alterada pela LC 190/22. Dentre as alterações, a lei tratou de definir contribuintes em operações interestaduais no que tange ao diferencial de alíquotas (DIFAL). Sobre o tema, assinale a opção correta.

- a) É contribuinte em relação ao DIFAL, o destinatário de mercadoria na hipótese de ser não contribuinte regular do imposto.
- b) É contribuinte em relação ao DIFAL, o remetente de mercadoria na hipótese de ser contribuinte regular do imposto.
- c) É contribuinte em relação ao DIFAL, o destinatário de mercadoria na hipótese de ser contribuinte regular do imposto.
- d) É contribuinte em relação ao DIFAL, o remetente de mercadoria na hipótese de ser o destinatário contribuinte regular do imposto.
- e) É contribuinte em relação ao DIFAL, o prestador de serviço na hipótese de o destinatário ser contribuinte regular do imposto.

**92.** O contribuinte ZÊ, localizado no Paraná, remeteu mercadoria para contribuinte pernambucano. Para o transporte, contratou a transportadora YPS. Ao passar pelo Estado do Rio de Janeiro para entrega de outras mercadorias, a fiscalização fluminense detectou que não havia documento fiscal para a operação e tampouco para a prestação do serviço de transporte, fato com que fez que se lavrasse a autuação, cobrando o ICMS integralmente para o Estado do Rio de Janeiro, sob alíquota interna. Diante dessa situação, pode-se dizer que o Auditor fluminense agiu

- a) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente à mercadoria, mas agiu incorretamente em relação à cobrança do ICMS em relação ao transporte.
- b) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente ao transporte, mas

agiu incorretamente em relação à cobrança do ICMS em relação à mercadoria.

- c) incorretamente, pois o ICMS é devido ao Estado de origem, sob alíquota interestadual.
- d) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente ao transporte e à mercadoria, mas deveria ter utilizado a alíquota interestadual.
- e) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente ao transporte e à mercadoria, inclusive no que tange à utilização da alíquota interna.

**93.** Dia 01/05/2024, Dimulé, residente em Niterói-RJ, fechou contrato de importação equipamentos de filmagem pelo porto de Santos-SP no valor de \$ 1.000 (mil dólares). Houve também despesas aduaneiras no valor de R\$ 150, Imposto sobre produtos industrializados no valor de R\$ 200 e Imposto de importação no valor de R\$ 200. A autoridade aduaneira fixou o valor das mercadorias em \$ 1.400 (mil e quatrocentos dólares). A mercadoria chegou no porto em 10/05/2024 e foi entregue ao destinatário em 15/05/2024. Por autorização da legislação o desembaraço se deu apenas no dia 29/05/2024.

A taxa de câmbio utilizada para se calcular o II foi de R\$ 3. Além disso as taxas de câmbio eram:

01/05/2024 – R\$ 3,50

10/05/2024 – R\$ 3,23

15/05/2024 – R\$ 3,40

29/05/2024 – R\$ 4,00.

Supondo uma alíquota de 18% de ICMS, de acordo com a lei Kandir o ICMS devido na importação é de

- a) R\$ 1.042,68.
- b) R\$ 855.
- c) R\$ 1.000,43.
- d) R\$ 4.750.
- e) R\$ 5.792,68.

**94.** Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias. Acerca do tema e de acordo com o a lei Kandir, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.
  - II. considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante e na captura de pescado.
  - III. respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.
- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
  - b) Estão corretos os itens I e III, somente.
  - c) Estão corretos os itens II e III, somente.
  - d) Todos os itens estão corretos.
  - e) nenhum item está correto.

**95.** Recentemente, a reforma tributária foi introduzida na Constituição Federal de 1988, alterando significativamente o sistema tributário brasileiro. Apesar de a reforma ser chamada de “Reforma sobre o consumo”, também trouxe alterações em outros tipos de tributos, com o IPVA. Uma das alterações referente ao IPVA foi a extensão das possibilidades de se estabelecer alíquotas diferenciadas do imposto, que hoje podem ser em função

- a) do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental.
- b) do tipo e do valor, somente.
- c) do tipo, do valor e da utilização, somente.
- d) do tipo, do valor, da utilização, do impacto ambiental e da disponibilidade.
- e) do valor e da utilização, somente.

**96.** De acordo com a LC 24/75, não é um benefício fiscal de ICMS o (a)

- a) isenção.
- b) redução da base de cálculo.
- c) diferimento.
- d) concessão de créditos presumidos.
- e) devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo.

### **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

*Rafael Rocha*

**97.** Paulo procura o Fisco Estadual após um inventário realizado no Espírito Santo, para sanar dúvidas sobre o pagamento do ITCMD.

Sobre tal tributo, é correto afirmar que:

- a) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador.
- b) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.
- c) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado do domicílio do doador.
- d) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- e) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.

**98.** José, único sucessor de sua falecida esposa, ao calcular o valor a ser pago a título de ITCMD sobre a herança a ele transmitida, surpreende-se ao descobrir que lei estadual prevê alíquotas de ITCMD progressivas, de modo que será aplicada, em seu caso, a alíquota máxima de 8% em virtude do montante dos bens transferidos. José declara ao Fisco estadual o valor dos bens herdados, mas se recusa a efetuar o pagamento do imposto, alegando a inconstitucionalidade da aplicação das alíquotas progressivas.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) assiste razão a José, pois é constitucionalmente vedada a aplicação de alíquotas progressivas a tributos reais.
- b) não assiste razão a José, pois, em virtude do princípio constitucional da capacidade contributiva, é admissível a previsão de alíquotas progressivas ao ITCMD.
- c) assiste razão a José, pois, sendo cônjuge e único sucessor, é vedada constitucionalmente a aplicação de alíquota máxima a seu caso.
- d) não assiste razão a José, pois, em virtude de expressa previsão constitucional, é obrigatória a adoção de alíquotas progressivas ao ITCMD.
- e) assiste razão a José, pois a alíquota de 8% aplicada ultrapassa o teto estabelecido pela Resolução do Senado Federal constitucionalmente exigida para fixar a alíquota máxima do ITCMD.

**99.** Olavo, domiciliado no Estado de São Paulo, possui ações representativas do capital social da Sociedade BETA S/A, com sede no Estado do Rio de Janeiro, e decide doar parte da sua participação acionária a Mário, seu filho, então domiciliado no Estado da Bahia.

Com dúvidas quanto ao Estado para o qual deverá ser recolhido o imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incidente nessa operação, Mário consulta seu escritório, destacando que o Estado da Bahia estabelece alíquotas inferiores às praticadas pelos outros dois Estados.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- a) O ente competente para exigir o ITCMD na operação em análise é o Estado de São Paulo, onde tem domicílio o doador.
- b) O ITCMD deverá ser recolhido ao Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o bem a ser doado consiste em participação acionária relativa à sociedade ali estabelecida, e o imposto compete ao Estado da situação do bem.
- c) O ITCMD deverá ser recolhido ao Estado da Bahia, uma vez que o contribuinte do imposto é o donatário.
- d) Doador ou donatário poderão recolher o imposto ao Estado de São Paulo ou ao Estado da Bahia, pois o contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada.
- e) Doador ou donatário poderão recolher o imposto ao Estado de São Paulo ou ao Estado do Rio de Janeiro, pois o contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada.

**100.** Lei Estadual, publicada em 15/10/2021, estabeleceu, entre outras providências relacionadas ao ITCMD, a alteração da alíquota do imposto de 5% para 9%, incidindo sobre o valor venal dos bens e direitos, ou o valor do título ou crédito, transmitidos ou doados, conforme especificações contidas no texto legal. Nesse caso, afirma-se que:

- a) A lei é inconstitucional, por contrariar Resolução já editada pelo Senado Federal, com base na sua competência legislativa prevista no atual texto da Constituição.
- b) A lei é constitucional, por se adequar à Resolução já editada pelo Senado Federal, com base na sua competência legislativa prevista no atual texto constitucional.
- c) A lei é constitucional, por observar a competência tributária exclusiva atribuída pelo atual texto constitucional aos Estados e Distrito Federal no que se refere à instituição e cobrança do ITCMD.
- d) A lei é inconstitucional, por violar dispositivo contido em lei complementar, o qual deverá ser observado pelos Estados e Distrito Federal quanto à matéria tratada.
- e) A lei é inconstitucional, por violar a competência exclusiva do Congresso Nacional no que se relaciona ao aspecto quantitativo do fato gerador do ITCMD de competência dos Estados e Distrito Federal.

## **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

*Bruno Langoni*

**91.** Tendo em vista as competências tributárias estabelecidas na Constituição Federal, é responsabilidade do Município instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, enquanto compete à União o imposto sobre a propriedade territorial rural. Considerando a legislação aplicável, um imóvel será tributado pelo:

- a) IPTU se estiver na zona urbana definida por lei estadual, com infraestrutura pública de abastecimento de água e esgoto sanitário.
- b) IPTU se estiver na zona urbana definida por lei municipal, com infraestrutura mantida pelos próprios moradores, como calçamento e canalização de águas pluviais.
- c) IPTU se estiver na zona urbana definida por decreto estadual, com rede de iluminação pública mantida pelo poder público.
- d) ITR se estiver na zona urbana, mas sendo utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- e) IPTU se estiver na zona urbana definida por decreto municipal, com escola primária e posto de saúde localizados a até três quilômetros do imóvel.

**92.** Uma empresa de plano de saúde foi notificada pelo fisco estadual por não recolher ICMS em operações que combinam prestação de serviços e fornecimento de mercadorias. A empresa argumentou que, segundo o fisco municipal, deve incidir o ISSQN. Considerando a posição atual do STF, é correto afirmar que:

- a) Nessa situação, o ICMS deve prevalecer, afastando a incidência do ISSQN.
- b) Incidirá apenas o ISSQN sobre a prestação.
- c) O ICMS incidirá em regra, mas se o serviço estiver na lei complementar do ISSQN, o valor do ICMS será deduzido da base do ISSQN.
- d) Tanto ICMS quanto ISSQN incidirão: o ICMS sobre a entrega de mercadorias e o ISSQN sobre a prestação de serviços.
- e) Deve-se considerar a atividade principal do contribuinte: se é fornecimento de mercadorias, incide ICMS; se é prestação de serviços, incide ISSQN.

**93.** Os vereadores de um município aprovaram uma lei que majorava os valores venais de imóveis utilizados para lançamento do IPTU em dezembro de 2018. Nesses termos, é correto afirmar que:

- a) O aumento do tributo poderia ser realizado por decreto do chefe do Poder Executivo.
- b) A lei poderia permitir a cobrança retroativa, em razão da não aplicação do princípio da irretroatividade tributária.
- c) O IPTU pode ser cobrado progressivamente conforme o valor ou com alíquotas diferentes por localização e uso.
- d) Eventual modificação da base de cálculo e alíquotas poderá ser objeto de cobrança no mesmo exercício.
- e) Após a aprovação da lei, é permitido atualizar o IPTU por decreto, ainda que em limite superior ao do índice de correção monetária adotado.

**94.** Conforme o CTN, os contribuintes do IPTU são o proprietário, o titular do domínio útil e o possuidor. Considerando uma lei complementar hipotética que inclui o detentor como sujeito passivo, qual a opção correta?

- a) A tributação baseada na detenção ofende o princípio da capacidade contributiva, pois a detenção é em nome de outrem e não configura propriedade.
- b) Não é necessária lei complementar para incluir a detenção, já que a lei ordinária pode definir o fato gerador e o contribuinte do tributo.
- c) O detentor, embora não contribuinte, pode ser considerado responsável tributário por ter interesse comum na situação de incidência.
- d) O detentor, como titular de direito real, pode ser incluído como contribuinte do IPTU.
- e) A alteração do CTN para incluir o detentor deve ser por lei complementar, mesmo que o CTN não seja lei complementar em sentido material.

**95.** Sobre o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que:

- a) Não é permitido estabelecer alíquotas diferentes conforme localização e uso dos imóveis.
- b) A concessão de isenção em caráter não geral não configura renúncia de receita para a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Não é admitida a progressividade conforme o valor do imóvel.
- d) Pode ter caráter sancionatório para cumprir a função social da propriedade, atendidos os requisitos.
- e) O IPTU incide apenas sobre imóveis edificados, excluindo terrenos não edificados.

**96.** Em um contrato de locação de imóvel comercial, está estipulado que o locatário, além do aluguel, deve arcar com o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel. O locatário decide entrar com uma ação judicial para discutir a relação jurídico-tributária desse imposto com o município. Nessa situação:

- a) É necessário que tanto o locador quanto o locatário sejam partes ativas no processo.
- b) O locatário não tem legitimidade processual para essa ação.
- c) O locador deve esgotar todas as possibilidades administrativas antes de recorrer ao Judiciário.
- d) O locatário precisa de autorização do locador para iniciar a ação judicial.
- e) O locatário só tem legitimidade para impetrar Mandado de Segurança relacionado à questão tributária.

**97.** De acordo com a Lei Complementar nº 116/03, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incide sobre a prestação de serviços listados na sua anexa, mesmo que essa não seja a atividade principal do prestador. Considerando esta definição, é correto afirmar que:

- a) O ISSQN não incide sobre serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão.
- b) O ISSQN incide apenas se o serviço for a atividade preponderante do prestador.
- c) O ISSQN não incide sobre serviços cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- d) O ISSQN incide sobre serviços prestados no Brasil e provenientes do exterior.
- e) A incidência do ISSQN depende da denominação dada ao serviço prestado.

**98.** Sobre as exceções ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) previstas na Lei Complementar nº 116/03, é correto afirmar que:

- a) O ISSQN incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- b) O ISSQN incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego e dos sócios-gerentes.
- c) O ISSQN incide sobre o valor dos depósitos bancários.
- d) O ISSQN não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal.
- e) O ISSQN incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.

**99.** Considerando a base de cálculo e alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) conforme a Lei Complementar nº 116/03, assinale a opção correta:

- a) A base de cálculo do ISSQN é o valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço.
- b) A alíquota mínima do ISSQN é de 5%.
- c) O ISSQN não pode ter alíquotas superiores a 2%.
- d) A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço.
- e) Os serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa têm alíquota fixa de 2%.



- 100.** De acordo com a Lei Complementar nº 116/03, considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, seja de forma permanente ou temporária, configurando unidade econômica ou profissional. Nesse contexto, é correto afirmar que:
- a) Tanto o caráter permanente do estabelecimento quanto a denominação utilizada são irrelevantes para fins de incidência do ISSQN.
  - b) Contribuinte do ISSQN é qualquer pessoa que utilize os serviços prestados pelo estabelecimento.
  - c) Os Municípios e o Distrito Federal não podem atribuir responsabilidade pelo crédito tributário a terceiros, vinculando apenas o prestador do serviço.
  - d) Os responsáveis pelo recolhimento do ISSQN, designados por lei municipal, devem pagar integralmente o imposto, multa e acréscimos legais, apenas caso tenha havido a retenção na fonte.
  - e) O prestador do serviço não é considerado contribuinte, sendo apenas um intermediário entre o cliente e o Município.
-

## Discursiva

O Congresso Nacional promulgou nesta quarta-feira (20) a Emenda Constitucional 132, que institui a reforma tributária. Resultado de décadas de discussões na Câmara e no Senado, a reforma simplifica impostos sobre o consumo, prevê fundos para o desenvolvimento regional e para bancar créditos do ICMS até 2032, além de unificar a legislação dos novos tributos.

A EC 132 de 2023 cria também uma nova competência para a União instituir o imposto seletivo. Sobre esse novo tributo redija um texto dissertativo (30 linhas), abordando, necessariamente, sua função predominante, a submissão aos princípios da legalidade e da anterioridade, seu fato gerador sua hipótese de incidência, e não incidência, além de outras características delineadas no texto constitucional.

---

**Folha de Resposta**

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

**Folha de Resposta**

|    |  |
|----|--|
| 31 |  |
| 32 |  |
| 33 |  |
| 34 |  |
| 35 |  |
| 36 |  |
| 37 |  |
| 38 |  |
| 39 |  |
| 40 |  |
| 41 |  |
| 42 |  |
| 43 |  |
| 44 |  |
| 45 |  |
| 46 |  |
| 47 |  |
| 48 |  |
| 49 |  |
| 50 |  |
| 51 |  |
| 52 |  |
| 53 |  |
| 54 |  |
| 55 |  |
| 56 |  |
| 57 |  |
| 58 |  |
| 59 |  |
| 60 |  |

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---